

Rastros de crime,

Por Mary Zaidan\*

Vinte e cinco defesas depois, todas apoiadas em pontos quase idênticos, os advogados dos réus do mensalão conseguiram algo inusitado: produzir mais dúvidas. Isso mesmo. No afã de tentar inocentar seus clientes, alguns deles se enrolaram e foram imprimindo novos rastros.

Caso típico foi o da defesa do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, que se embananou na resposta ao ministro relator Joaquim Barbosa quanto ao dinheiro que trafegou entre o BB, a Visanet, o publicitário Marcos Valério e o esquema de compra de apoio político. Isso sem falar no pacote com R\$ 326,6 mil em dinheiro vivo que Pizzolato recebeu de Valério e repassou a um emissário do PT sem saber, segundo o advogado, que o recheio do embrulho era bufunfa graúda.

Possivelmente para não tripudiar, Barbosa não incluiu nas perguntas ao defensor coisas singelas como o motivo que leva um diretor do BB, um servidor público, a se portar como pombo correio do PT. Ou como um pacote tão farto entra e sai da sede do BB sem que ninguém se dê conta do conteúdo, nem mesmo a segurança.

É carimbar a tarja de otário na testa de cada ministro da Suprema Corte do país - e de cada um de nós.

Nas falas dos defensores os mortos brilham. Ninguém do Banco Rural fez nada. Todos os empréstimos são da lavra de José Augusto Dumont, ex-vice-presidente do banco, morto em 2004. Mas se os empréstimos eram lícitos, como quer fazer crer a defesa, porque jogá-los sobre o morto?

Coube a outro morto, o deputado José Janene, ex-tesoureiro do PP, toda a culpa pelos acordos financeiros com o PT, pelos quais o deputado Pedro Henry é acusado. Observe-se que o advogado não negou a transação, só a autoria.

Já a alegação unânime dos defensores de que a fase de instrução criminal, com garantia ao contraditório, tem mais valor do que a do inquérito ou a de depoimentos em CPIs, ainda que fundamentada na Constituição, fica quase cômica. Esses mesmos advogados orientam seus clientes a se calarem em CPIs. Vide o conselho dado pelo ex-ministro Marcio Thomaz Bastos ao seu ex-cliente Carlinhos Cachoeira. Se não vale nada ou quase nada, porque a mudez em CPIs?

Na defesa reina a tese de Thomaz Bastos de que o mensalão não existiu e que tudo não passou de caixa 2. Como se crime eleitoral, e ainda por cima com dinheiro público, não fosse crime.

De quebra, na semana que passou o procurador-geral da República Roberto Gurgel foi apontado como irresponsável; incompetente para exercer a tarefa para qual foi indicado por duas vezes, primeiro por Lula e depois por Dilma Rousseff.

Por mais que o PT e os seus esperneiem, Gurgel já deu provas do acerto das escolhas.

\*Mary Zaidan é jornalista, trabalhou nos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo, em Brasília. Foi assessora de imprensa do governador Mario Covas em duas campanhas e ao longo de todo o seu período no Palácio dos Bandeirantes. Há cinco anos coordena o atendimento da área pública da agência 'Lu Fernandes Comunicação e Imprensa, @maryzaidan